
Entre o consumo e a cidadania: as reformas de Temer sob a perspectiva da Fiesp¹

Francisco VERRI²
Universidade de Brasília, Brasília, DF
Centro Universitário Metropolitano de Maringá, Maringá, PR

RESUMO

Enquanto um demarcador social (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004), o consumo funciona como um delineador das classes sociais. O Brasil, em especial na última década, conviveu com um alargamento da classe média a partir do acesso a produtos e direitos básicos. Esse cenário começa a ruir com a crise econômica e institucional que culminou no impeachment de Dilma Rousseff. O artigo debruça sobre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), observando qual o discurso articulado pela instituição que se autodenomina como representante do setor produtivo sobre as reformas implantadas pelo governo Temer.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo; Cidadania; Fiesp; Reforma Trabalhista

1. INTRODUÇÃO

O consumo como demarcador social (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004) se estrutura entre fronteiras que caracterizam classes e grupos sociais. O bem existe em uma dimensão cultural, mergulhando e se (re) configurando em um contexto de alinhamentos e disputas sociais. Ainda que em seu caráter simbólico, o bem se valoriza em um processo de negociação (APPADURAI, 2008) a partir dos interesses e expectativas embutidos nesse produto. Isto é, para além de uma precificação dada pelo custo de produção, move expectativas e idealizações pré-estabelecidas que permitem diferenciações e aproximações entre indivíduos ou coletivos. É improvável que alguém que não tenha um Harley Davidson ou outra moto esportiva entre para um grupo específico de motociclistas que se aventure pelo País. Ou mesmo quem não atenda as etiquetas participe como convidado de uma confraria de uma elite.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Teorias do Jornalismo, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília e docente no Centro Universitário Metropolitano de Maringá, e-mail: chicoverri@gmail.com

O consumo se manifesta como um ato cultural que reflete desejos, expectativas e também possibilidades de se inserir em novos contextos e classes sociais. A experiência do consumir se expressa em discursos e formas de comportamentos de identificação com o grupo que pertence ou quer se incorporar. Por outro lado, funciona como um impeditivo a novos membros que não compartilhem das mesmas experiências, condições financeiras ou acesso a um mesmo produto. O locomover-se com uma motocicleta não garante admissão em um grupo de motociclistas. O que os diferem não é o meio de transporte, mas a experiência em adquirir um automóvel com preço elevado e partilhado por uma pequena parcela da sociedade.

Essas barreiras bem desenhadas fraquejam a partir do momento em que o acesso ao consumo se expande e acaba por apagar essas linhas claras de demarcação, alterando os espaços e a interação entre os indivíduos. No Brasil, o movimento de redução dessas fronteiras se deu, em especial, nos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a ascensão das classes mais baixas à classe média. Com aquecimento do mercado interno e políticas inclusivas, ampliou-se o número de brasileiros nas universidades, nos aeroportos e em outros espaços frequentado por uma pequena parcela da população. Essas transformações também se incidiram sobre o consumo de direitos e políticas públicas, muitas vezes, usufruídos por um número restritos de cidadãos

O impedimento da presidenta, Dilma Rousseff representou mudanças no cenário de políticas públicas. O novo presidente, Michel Temer, acabou por implantar uma agenda econômica liberal (SLATER, 2002) que enxerga os interesses do mercado como importantes a retomada do crescimento da economia brasileira. Ainda que não tenha eliminado nenhum direito, as mudanças trabalhistas e a investida sobre a previdência³ retrataram mudanças significativas sobre o processo de aproximação entre classes e grupos sociais, reatando velhas barreiras entre àqueles com acesso ao consumo e os com menor capacidade de exercer sua cidadania.

Essas transformações podem ser acompanhadas nas disputas e negociações de representantes de setores empresariais da sociedade. Para esse respectivo *paper*, selecionou-se a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – segunda maior entidade de classe industrial do País. A federação que diz representar o setor produtivo tem participação ativa nas agendas econômicas e políticas brasileiras A

³ A Reforma da Previdência foi aprovada e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em novembro de 2020.

federação foi uma das patrocinadoras do processo de *impeachment* de Dilma. Ainda se apresentou como um apoiador de Temer e de suas reformas ao mesmo tempo em que emprega o consumo como o combustível que move a retomada do crescimento econômico.

Pertinente também ao exercício da cidadania, o consumo dentro de uma dimensão cultural permite investigar os discursos sobre as reformas brasileiras emitidos por uma entidade que se posiciona do lado de um setor econômico próximo ao mercado financeiro. A questão que move essa pesquisa se concentra em examinar qual a dimensão que a entidade retrata o exercício dos direitos sociais a partir de uma agenda reformista. O objeto de análise reúne 33 edições do Zoom, guia de notícias da Fiesp, postadas no canal oficial da entidade no Youtube. O recorte temporal inicia em maio de 2016, quando Temer assume a interinidade à frente da Presidência da República, e termina no final de 2017, segundo ano de seu mandato. O ano de 2018, eleitoral, foi marcado pela não discussão de temas polêmicos no Congresso Nacional.

2. DO BEM A CIDADANIA: A DIMENSÃO CULTURAL DO CONSUMO

Em oposição ao pensamento utilitarista econômico dos anos 70, vertente antropológica, como os estudos de Douglas e Isherwood (2004), cresce com a concepção de que o consumo e o processo de troca de mercadorias se estabelecem dentro de uma dimensão cultural. O fator organizador do consumo deixa de ser a racionalidade para se concentrar em aspectos culturais que orientam a sociedade e a vida humana. Segundo Sahlins (2003, p. 181), o utilitarismo na sociedade ocidental versa sobre uma maximização material a partir da necessidade de escolher entre diversas opções que podem conceder maior satisfação pessoal. “A ordem cultural é tal como se fosse sedimentada a partir da interação de homens e grupos que agem de maneiras diversas, com base na lógica objetiva de suas situações materiais”, negando as distinções que há nas ordens e finalidades culturais que envolvem os bens, mesmo que simbólicos e semelhantes.

Na visão de Appadurai (2008), não é a mercadoria em si que gera valor. É a política em um sentido mais amplo das relações e negociações de poder. Para o antropólogo, o prestígio não é inerente ao objeto, mas a um julgamento que os sujeitos fazem sobre determinado bem. Aqui, refere-se a uma esfera de subjetividade ativada pelo

desejo de experimentar e possuir algo a partir de constantes disputas imergidas dentro de um contexto cultural.

Tal perspectiva pode ser sintetizada da seguinte forma: a troca econômica cria valor; o valor é concretizado nas mercadorias são trocadas; concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções das trocas, possibilita a argumentação de que o cria o vínculo entre a troca e o valor é a política em seu sentido mais amplo. (APPADURAI, 2008, p 15)

Não mais o objeto econômico – com seus custos de produção e lucro. A demanda como “base de uma troca real e ou imaginária” (APPADURAI, 2008, p. 16), estrutura a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria a partir das constantes tensões que envolvem as negociações e trocas. O contexto mercantil, nesse sentido, refere-se à “variedade de arenas sociais no interior ou entre unidades culturais” (APPADURAI, 2008, p. 17), que interfere diretamente na transformação de um objeto em um bem com valor simbólico e econômico. Os contextos culturais, regras, normas inseridas em uma sociedade caracterizam o objeto, evidenciando as especificidades que o diferencia de outras culturas.

Para Appadurai (2004, p. 30), “a mercantilização reside na complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais”, representando formas sociais e complexas partilhas de conhecimento. O conhecimento compartilhado, seja no âmbito da produção ou do consumo, estrutura a vida social dos bens. Na perspectiva de Douglas e Isherwood (2004), os bens interagem e fazem parte da vida e sociabilidade. Negando a dicotomia entre a experiência física e psíquica, compreendem que a experiência é única. É impossível separar o objeto da experiência do consumidor. Mais do que sua funcionalidade, seu valor recai sobre sua importância, o status implicado, entre outros significados à cultura em que é membro.

A percepção dos estudiosos faz sentido em uma perspectiva macro do que os economistas utilitaristas defendem. O consumo não termina na satisfação do consumidor em adquirir ou experimentar determinado produto. Ela se estende a sua experiência no seu convívio social, estabelecendo e mantendo relações sociais. O seu uso e o conhecimento sobre o mesmo constituem as práticas cotidianas aproximando ou afastando indivíduos, alterando ou mantendo seu status sociais, permitindo o seu acesso determinado grupo, interferindo em sua rotina e até mesmo, em uma perspectiva política,

imprimindo suas valorações sobre direitos e garantias, promovendo ou dificultando o exercício pleno da cidadania.

A escolha dos bens cria continuamente certos padrões de discriminação, superando ou reforçando outros. Os bens são, portanto, a parte visível da cultura. São arranjados em perspectivas e hierarquias que podem dar espaço para a variedade total de discriminações de que a mente humana é capaz. As perspectivas não são fixas, nem são aleatoriamente arranjadas como um caleidoscópio. Em uma última análise, suas estruturas são ancoradas nos propósitos sociais humanos. (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004, p. 114)

O consumo interage dentro de uma série de normas e convenções que movem o comportamento e consumo da sociedade. O ato de consumir, de trocar, de comprar, de dar de presente, de negociar, de usufruir de seus direitos se estruturam em fronteiras pré-estabelecidas culturalmente que indicam o que é aceitável e o que não é. Trata-se de pensar o consumidor como ser social (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004), inserido em uma dimensão cultural que orienta suas escolhas, seu cotidiano, seu comportamento e suas experiências. Esse ser, ainda que racional, enxerga nos bens, “a ponta visível do iceberg que é o processo social como um todo. Os bens servem para marcar, no sentido de categorias de classificação” (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004, p. 127).

Nessa perspectiva cultural, os bens ganham seu valor a partir de visões de mundos que interagem e se entrelaçam. O processo político (APPADURAI, 2008), que se manifesta sobre fronteiras, faz do bem um marcador social importante. Entende-se que o acesso a uma informação privilegiada, a aquisição de determinado bem e a capacidade de exercer determinado direito acaba por definir o posicionamento de um sujeito dentro de uma coletividade e grupo na sociedade. Compartilhar um bem, um gosto musical ou a plenitude de um direito se torna essencial para o convívio social entre aqueles que partilham dos mesmos valores, contribuindo para a sedimentação da cultura.

3. CONSUMO E CIDADANIA

. Pesquisador argentino e um dos principais nomes dos estudos culturais na América Latina, Nestor Canclini (1999) sugere que o consumo é uma atividade de reflexão e participação social. De acordo com o autor, a prática de se consumir não se limita aos gastos com objetos e mercadorias. Nele, existe o ato de se pensar e de resignificar o sentido social e o ser cidadão. Ao consumir, expressa-se uma percepção de

mundo a partir de experiências que envolvem, entre diversos aspectos, o usufruto das políticas de educação, saúde, segurança, como outros direitos embutidos no exercício da cidadania. Isto é, quanto mais você usufrui das políticas públicas mais se faz cidadão a partir das experiências traduzidas culturalmente no contexto em que está inserido, espaços de atuação e de convivência

Canclini (2009, p. 114) compreende o consumo como um instrumento que serve para “pensar, em um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e os modos de usá-lo”. Trata-se de entender a cultura como resultado de “versáteis cenas de consumo, recepção e apropriação” que interagem, competem e se estruturam a partir das fronteiras que moldam os campos sociais, incidindo sobre instrumentos que cada indivíduo ou grupo utiliza para se colocar na sociedade. Para o antropólogo argentino, é preciso superar três visões equivocadas: a ideia do consumo como uma compulsão inútil, um entendimento simplista do conceito de manipulação comunicacional e as concepções mecânicas de marketing. As noções de irracionalidade e submissão escondem complexos fatores sociais e culturais que organizam a sociedade.

Enquanto um demarcador social, o consumo se constitui sobre as estruturas econômicas e políticas que vão interferir no Estado e, conseqüentemente, no exercício de políticas públicas. Tendo como marco, entre outros eventos importantes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a cidadania se confunde com o desenvolvimento histórico da humanidade. No Brasil, o exercício da cidadania se dá sob avanços e retrocessos de regimes políticos e formas de se pensar o Estado. Em seu estudo sobre o direito trabalhista no País, Maringoni⁴ (2013) contextualiza as marcantes diferenças sociais que formam a nação em artigo para o site do IPEA. Em 1824, a primeira Constituição brasileira definia o Império do Brasil como “a associação política de todos os cidadãos-brasileiros. Eles formam uma nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra, laço algum de união, ou federação, que se oponha à sua independência”.

Em uma distinção entre quem é cidadão e quem não é, os escravos sempre se mantiveram a margem da cidadania, mesmo quando concedida a carta de alforria ou ainda ao fim da escravidão. Assinada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, a Lei Áurea

⁴ A longa jornada dos direitos trabalhistas
(http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23). Acessado em 04 de maio de 2018

que aboliu a escravidão representou ao mesmo tempo um grande marco e novos desafios. Ao restringir à libertação dos escravos (MARINGONI, 2013), sem medidas complementares que garantissem o acesso ao mercado de trabalho, educação, saúde e o direito à cidadania, reproduziu-se velhas contradições, limitando os avanços sociais que a lei poderia acarretar ao País. Para Mondaini (2006), há um abismo entre o Brasil “real” e o “legal”. Os princípios jurídicos-formais presentes nos documentos legais não se configuram no cotidiano, ilustrado pelas diferenças de acesso a direitos básicos e a esfera jurídica.

A cidadania funciona dentro de contextos políticos, culturais e sociais diferentes. De acordo com Canclini (1999), as ditaduras militares na América Latina comprimiram as sociedades civis a simples conjuntos de consumidores. Ainda que a participação social também se organize em torno do consumo de bens privados, a restrição de direitos impede o exercício pleno da cidadania. A Constituição de 1988 resulta de um processo vitorioso de abertura do regime ditatorial para uma democracia baseada nas garantias do voto, de saúde, de educação, da liberdade de manifestação. A sua concepção enquanto um acordo entre diferentes setores da sociedade, confluuiu para uma Carta Magna moderna à época, considerada cidadã, que previa as prioridades do Estado perante seus cidadãos.

Mas até que ponto uma normatização jurídica garante a cidadania? Refazendo a trajetória histórica brasileira, José Murilo Carvalho (2002), em *Cidadania no Brasil: O longo Caminho* conduz o trajeto de uma cidadania em meio as encruzilhadas que envolve os contextos vivenciados e a solidez dos regimes implantados.

Os progressos feitos são inegáveis mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer. O triunfalismo exibido nas celebrações oficiais dos 500 anos da conquista da terra pelos portugueses não consegue ocultar o drama dos milhões de pobres, de desempregados, de analfabetos e semi-analfabetos, de vítimas da violência particular e oficial. Não há indícios de saudosismo em relação à ditadura militar, mas perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e desigualdade (CARVALHO, 2002, 219).

Publicado originalmente em 2001, essa obra não conviveu com dois momentos dispare: de desenvolvimento econômico e de crise institucional que resultou no segundo *impeachment* pós-constituição. Caracterizados por uma política econômica que motivou o consumo a partir de políticas de transferência de renda e de inclusão social (REGO,

2010), os governos do Partido dos Trabalhadores foram responsáveis pela efetivação de políticas de promoção a cidadania. Neles, houve reduções das fronteiras entre as classes sociais a partir de programas que possibilitavam o acesso de cidadãos com menor poder aquisitivo a espaços anteriormente quase restritos a uma elite: universidades, aeroportos, moradias, entre outros.

Temer, ao assumir a presidência, readéqua a política econômica. Em meio a uma recessão da economia, classificada por Serigat, Possamai e Severo (2018, p. 16) como uma “forte turbulência” retratada pela “confiança em queda tanto dos empresários, quanto dos consumidores; elevação do risco-país; depreciação do real; inflação acelerada; elevada taxa Selic; economia em forte; desemprego elevado e contas públicas desequilibradas”⁵, retoma-se uma agenda liberal, reformista e integrada ao mercado financeiro. A opção por uma perspectiva mais liberal da economia representa uma grande mudança no entendimento do tamanho do Estado. Remontando aos tempos de Fernando Henrique Cardoso, estimula a redução da máquina pública como a solução dos problemas econômicos a partir do congelamento dos gastos públicos e de reformas polêmicas com forte impacto a vida dos brasileiros.

A nova condução da economia colocou frente-a-frente dois lados economicamente opostos. Em um flanco, movimentos sociais que se dizem representantes dos trabalhadores. Do outro, entidades que advogam pelos interesses de grandes setores da economia nacional. Estes vão competir por uma narrativa vitoriosa capaz de influenciar a opinião pública, intensificando uma ruptura de um convívio relativamente pacífico entre classes sociais que se radicaliza em meio as eleições presidenciais e o *impeachment* de Dilma Rousseff.

4. O GUIA DE NOTÍCIAS DA FIESP: AS REFORMAS BRASILEIRAS

Fundada em 1928, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) desenvolve-se a partir da união dos industriais paulistas com a expansão industrial durante a 1ª Guerra Mundial. Originada com o objetivo de desempenhar uma representação político-institucional, a entidade representa cerca de 130 mil indústrias no combate a

⁵ Agenda interrompida?

(<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/73744/70823>). Acessado em 04 de maio de 2018.

desindustrialização e na promoção da competitividade (FIESP, 2020). Com um caráter político, a federação consolida-se como um ator importante à governabilidade. Reúne lideranças empresariais com acesso as esferas de poder e com voz às decisões governamentais. Paulo Skaf, presidente da entidade, concorreu para governador de São Paulo em 2010 e 2014. Na última, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), obteve o apoio de Michel Temer, estreitando os laços com o presidente. Em 2018, também concorreu ao Palácio dos Bandeirantes.

Laços que desencadeiam em maior proximidade e oportunidade de acesso a agenda do presidente da República, contrariando a lógica encontrada por outros movimentos sociais e setores organizados da sociedade. Anunciado e divulgado pelo canal de notícia da Fiesp, os dois primeiros encontros ocorreram em Brasília, no gabinete presidencial. Na pauta, o apoio as reformas e o teto de gastos público. Em outra ocasião, visitou a residência de Temer em São Paulo, em um encontro fora dos padrões que regulamentam o relacionamento entre o Executivo Federal e uma instituição industrial. Informalmente, Skaf levou reivindicações e a insatisfação contra aumento de impostos de um setor que se diz produtivo. .

Mais do que uma ponte entre a federação e o Governo Federal, estabelece-se uma conexão que acaba por confundir o papel da Fiesp perante a esfera governamental. Em posições hierárquicas diferentes, constrói-se um relacionamento de cooperação e interdependência entre a entidade e a Presidência. A federação exige medidas que beneficiam o setor. Em contrapartida, o governo esperava o apoio da federação às reformas e política econômica, influenciando a opinião pública e o voto de parlamentares no Congresso Nacional. Desenvolve-se, assim, um movimento em que ambos ganham.

Patrocinador do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a Fiesp advoga por uma agenda reformista. Membro do Conselho (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e figura carimbada em eventos e reuniões do então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, Paulo Skaf circula pela esplanada como uma liderança influente ao desenvolvimento da política econômica. Já na sede da instituição, uma série de eventos, reuniões e palestras entre filiados e agentes governamentais reforçam as pautas de reformas e de redução da máquina pública. Entre maio de 2016 a dezembro de 2017, a entidade recebeu os ministros da Fazenda, Planejamento, Saúde, Relações Exteriores, da Indústria e Comércio Exterior, entre deputados e senadores que levaram temas e políticas que convergem com o pensamento da instituição.

Em seu guia semanal, produzido pela assessoria de comunicação e divulgado no canal oficial da entidade no Youtube, endossa-se seu caráter político-institucional com atuação direta nas esferas de poder. Funcionando como um ato simbólico de ratificação de apoio às reformas e mudanças nas relações trabalhistas, os eventos e convidados políticos em suas funções oficiais operam em uma demarcação clara sobre o posicionamento da entidade. Empresta-se autoridade de uma federação patronal, representante de cerca de 130 mil indústrias, para referendar políticas e ações governamentais, sem em nenhum momento apresentar o controverso. Entre os convidados, apenas aqueles com o discurso aceito pela entidade, marcando suas fronteiras contra outros movimentos ou setores opostos às mudanças propostas por Temer.

Navegando na campanha “não vou pagar o pato”, ação de marketing que simbolizou o impedimento da presidenta Dilma, a federação de indústria transita do discurso de caos para o de esperança de um novo momento caracterizado pelo crescimento econômico. Uma oposição entre a vilã e o novo herói, capaz de tomar as medidas necessárias para o Brasil, ainda que possam ser amargas à população. Sem citar a presidenta e nem o Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação que foi eleita e está filiada, a entidade, normalmente nas palavras de Skaf, reitera o apoio a Temer, culpabilizando Dilma pela crise econômica e institucional. Os méritos e qualidades do emedebista se restringem à coragem em bancar reformas impopulares que consertariam os erros de gestões anteriores, que segundo a entidade, “não pensaram no País”.

Utilizando temas como “herança maldita”, a federação coloca em dúvida a capacidade de articulação política e econômica de Dilma, reconfigurando as bases de sustentação de um processo de impedimento de uma representante eleita. Com o foco na “retomada do crescimento”, institucionaliza um discurso que prega a necessidade de se reformar o País para solucionar o déficit das contas públicas e, conseqüentemente, a desaceleração do setor produtivo. O apoio a Temer se estabelece em um plano econômico de comparação entre os resultados econômicos dos primeiros meses do emedebista em comparação com os números apresentados no período de crise institucional enfrentada pela petista. Nas palavras de Skaf, “se compararmos o cenário de 90 dias com o de hoje é melhor. E na nossa visão, daqui 90 dias, será ainda melhor”.

Sem a mesma intensidade empenhada no *impeachment* de 2016, a Fiesp condiciona seu apoio a Temer às agendas econômicas. Acusado de corrupção passiva pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Michel Temer não encontrou na federação um

opositor ou defensor de seu mandato, pelo menos não publicamente. A entidade, em seu canal oficial, restringiu-se a uma declaração após o arquivamento do processo no Congresso Nacional, afirmando ser a hora de união pela retomada do crescimento. Tomar medidas em prol dos setores produtivos se torna mais importante do que se investigar. Em entrevista ao Estadão no dia 26 de junho de 2017, Skaf diz que os casos de Temer e Dilma são diferentes, pois o emedebista não tinha perdido o controle do País, cabendo a entidade discutir economia e as “reformas estruturais para recuperar a competitividade.”

A vulnerabilidade do discurso diante dos processos de investigação e da abertura do processo de *impeachment* entre Dilma e Temer reconduz a atuação governamental da Fiesp em um cenário onde a economia é vista como superior a qualquer outro setor da sociedade, nem que seja necessário o arquivamento de uma acusação de corrupção passiva. Nas ruas contra a política econômica da petista – que legitimaria o impedimento dela -, a entidade encontra em Temer uma possibilidade de potencialização de suas pautas a partir de uma relação próxima e sobre constantes negociações que envolvem movimentos de pressão e aceitação.

Como um ator central, a federação desempenha sua autoridade para legitimar as reformas de Temer. Operando um conselho interno que visa debater o passado, presente e futuro do Brasil, a entidade demarca-se socialmente a partir dos ideais de crescimento de um setor que se autodenomina produtivo. Representando sindicatos patronais e indústrias, compreendem que a recuperação econômica se dá sob um cenário de confiança do mercado e de incentivo ao setor produtivo – a produção enquanto responsabilidade de organizações privadas e não como produto da força de trabalho do sujeito. Para Skaf, o Governo Federal deve estimular quem quer “trabalhar e produzir”, garantindo as condições de produtividade, crescimento e, conseqüentemente, para a geração de emprego.

Em várias das passagens do presidente da entidade, estabelece-se a ordem para a retomada do crescimento: investimento, consumo e emprego. A lógica da produção e consumo como combustível que movimenta a economia nacional recai sobre uma política de incentivo governamental. Cobra-se a desburocratização, não aumento de imposto, acesso a crédito, redução da máquina pública, entre outras exigências que promoveriam a competitividade dos setores autodenominados produtivos. Isto é, legitima-se um discurso de competitividade que implica mudanças em direitos e convenções que envolvem outros setores da sociedade. As reformas de Temer, sustentadas pela federação, para além de

uma medida que poderia interferir na economia brasileira, encontram-se em embate com movimentos sociais, agremiações e outros grupos sociais contrários.

Na disputa de narrativas sobre as reformas, a federação traduz os ajustes como uma mudança estrutural a longo prazo. Tanto é, que Skaf, ao manifestar apoio a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241/55) do Teto de Gastos Públicos, comparou a proposta ao Plano Real. Para o presidente, os dois representam a queda da inflação, a redução dos juros e um crescimento econômico mais duradouro. Suscita-se uma comparação entre um marco da história nacional ocorrido na década de 90 a uma nova medida de corte nos investimentos públicos, resumindo seus processos e suas controversas. Também se silencia sobre a oposição da Fiesp ao plano real, classificada à época como eleitoreira⁶. Para o representante da Fiesp, “trata-se da mãe de todas as reformas fiscais”, comparando-a com a administração financeira dos indivíduos no âmbito familiar: “todo mundo tem um teto. O País é igual”.

Sob a ótica do setor que representa, a entidade sugere que as reformas superarão a “tempestade” que tirou milhões de empregos, funcionando como uma sustentação do crescimento econômico. Visando os benefícios da indústria, aceitam reformas que atendam, necessariamente, ao setor produtivo, reposicionando suas diferenças e remodelando o diálogo com setores contrários as propostas de Temer. A entidade, na voz de Skaf, defende que não se deve ter “divergências entre empresários e trabalhadores”. A Reforma Trabalhista apenas atualizaria as relações entre empregado e empregador, retratando uma modificação a qual argumentam ser necessária para a retomada de confiança, bons ventos na economia e a criação de novos empregos.

Sempre mantendo a narrativa de crescimento econômico e a oportunidade de novos postos de trabalho, a federação naturaliza a disputa que rondam as reformas. Contra os argumentos que a Reforma Trabalhista representa a perda de direitos, a entidade contra-ataca com uma narrativa de modernização: “o mundo se transformou” e o Brasil não pode ficar para trás. É “preciso se modernizar”. O plano reformista, nesse sentido, estabelece-se dentro de um cenário de atualização, de “segurança jurídica” e de maiores oportunidades à população, nem mesmo que tenha que alterar a constituição, interferindo em parágrafos que legislam sobre a carga horária, insalubridade e limites jurídicos

⁶ Plano econômico é eleitoreiro, diz Fiesp de autoria de Antonio Carlos Seidi e Marcos Cézari para a Folha de S. Paulo em junho de 1994. Acessado em 06 de maio de 2018: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/28/brasil/50.html>

Reproduzindo um discurso governamental, capitaneado pela constante presença de ministros na sede da Fiesp, utiliza-se das mais variáveis estruturas para legitimar a narrativa pró-reforma e de combate aos movimentos contrários as mudanças. Em um bom exemplo, durante a Greve Geral organizada pelas centrais sindicais do País, a federação e as instituições que fazem parte de seu guarda-chuva, como as escolas do Senai, não aderiram à greve. A organização soltou um comunicado elogiando a postura de seus funcionários que teriam ido trabalhar mesmo não tendo acesso ao transporte público. Na nota, frisa que reinstituiria todo os gastos com transporte que os funcionários tiveram no dia, reforçando a ideia de uma convergência entre os interesses do empregado e empregador.

Buscando transparecer uma naturalidade em torno da aprovação de mudanças constitucionais, a federação minimiza as diferenças entre trabalhadores e empresários, adjetivando como um benefício ao País. A aprovação da terceirização total, na boca de Skaf, representa uma vitória para o Brasil que “queremos”. Para além de uma “oportunidade” de manutenção e abertura dos postos de trabalhos, a medida regulamentaria um procedimento que aconteceria há anos. Ou seja, uma modificação que visaria criar uma segurança jurídica para corrigir irregularidades convencionadas no setor econômico, criando um cenário propício para o crescimento econômico, garantindo o emprego e gerando competitividade.

Ao elogiar as medidas a curto prazo de Temer e cobrar reformas a longo prazo que atenda às suas expectativas econômicas, a Fiesp demarca sua posição econômica e social diante de outros setores da sociedade. Em nenhum momento apresenta ou mesmo incide sobre o debate que envolvem uma eventual perda de direitos. Percorre apenas uma narrativa que se alinha a um discurso oficial do Governo Federal reiterando seu apoio e sua capacidade de acessar, pressionar e modificar a governabilidade e a implantação de políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Enquanto um demarcador social (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004), que estrutura organização social (CANCLINI, 1999), o consumo convive com fronteiras movediças que unem e separam diferentes grupos sociais. Ora em convergência e ora em campos opostos, encontram no acesso a bens – ainda que simbólicos – o ingresso em uma

classe social, grupo de amigos ou até mesmo em um setor profissional. Se os bons resultados econômicos e a ascensão das classes mais baixas funcionaram como um moderador das diferenças, o processo de *impeachment* de Dilma e as crises econômica e institucional acirraram as divergências entre setores patronais e movimentos sociais.

Representante de sindicatos patronais e das indústrias do estado de São Paulo, a Fiesp se enquadra como um agente pró-reforma a partir de um discurso restrito a economia. A federação condiciona sua atividade política-institucional de acordo com as possibilidades de atenderem as suas demandas. Se Dilma já não tinha controle de seu governo, a capacidade de articulação e oportunidade de aprovar reformas de Temer justificaria até o arquivamento de denúncias contra o emedebista. Mais importante do que a acusação de corrupção passiva, encontra-se a política econômica do Governo Federal e seus incentivos ao que denominam de setor produtivo.

Com fácil acesso ao presidente Temer e seus ministros, a federação reproduz a narrativa reformista. Classificando como uma modernização das relações de trabalho, subordinam a retomada do crescimento, a criação de novos empregos e aquecimento do mercado interno às mudanças na terceirização, leis trabalhistas e nos limites de investimentos públicos. O período de crise, na visão da entidade, representaria uma ótima oportunidade para a aprovar as “reformas estruturantes” que iria de encontro às transformações que o “mundo passou nos últimos anos”. Limitado ao economicismo, silencia-se sobre as consequências que a agenda reformista traz a sociedade.

Ainda que não tenha acabado com nenhum direito ou garantia constitucional, as reformas e mudanças propostas interferem no acesso, consumo e exercício dos direitos. Os argumentos economicistas reduzem a vida humana a conquista e manutenção de emprego, sem atentar para outros aspectos que sustentam a rotina da população. Não entra em voga as mudanças no cotidiano do cidadão, a sua garantia de lazer, da segurança jurídica, o tempo com a família e a qualidade de vida prejudicada pelas novas regras de regime de trabalho, de carga horária diferenciada, da escassez de recursos para instituições públicas que vão impactar em áreas como o ensino e saúde pública. Uma oposição entre a modernização e cidadania embutida em uma mensagem de crescimento econômico.

O exercício da cidadania, enquanto acesso e consumo dos direitos sociais, acabam por se submergir a um determinismo econômico. Os incentivos aos setores produtivos passam a ser mais importantes do que a qualidade de vida imbricada em garantias

fundamentais. Em convergência a uma agenda liberal, reproduz-se um discurso governamental que define o consumidor como um ser apenas econômico, limitando seu papel na sociedade. Isto é, resume o crescimento da economia aos incentivos a setores que se classificam como produtivos. Deles, viriam os novos postos de trabalho, a renda e a volta do consumo como otimizador econômico.

6. REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **A Vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niteroi, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DOUGLAS, Mary & Isherwood, Baron. **O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

REGO, Walquiria Domingues Leão. Política de cidadania no governo Lula: ções de transferência estatal de renda: o caso do Programa Bolsa Família. **Temas y Debate**, Rosário, p.141-155, outubro 2010.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SLATER, Don. **Cultura do Consumo e Modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.